

PRIVATIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Coordenação: Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS)

Resumo 1. Cristina Helena Almeida de Carvalho (UNB)e

Maria Rosimary Soares dos Santos (UFMG)

Resumo 2. Vera Maria Vidal Peroni(UFRGS)

Resumo 3. Teise Garcia(USP FFCLRP)

Resumo geral do painel

A partir de trajetórias concretas de investigações empíricas de três grupos de pesquisa, o painel traz para o debate distintos aspectos de privatização da educação básica e superior. No caso da educação superior, a pesquisa apresenta o setor privado-mercantil no contexto da concentração de capital, de sua oligopolização e de financeirização, através do estudo de grandes grupos empresariais de capital aberto: Estácio Participações; Kroton/Anhanguera e Ser Educacional e Ânima. O painel pretende tratar também do contexto latino-americano. Através de uma pesquisa que analisa a relação entre o público e o privado na educação em países latino-americanos e suas implicações para a democratização da educação. Traz elementos de como a relação entre o público e o privado é complexa e multifacetada. E tem se apresentado de diferentes formas nos diferentes países, conforme seu histórico de construção da educação pública e de correlações de forças atuais. Ao mesmo tempo em que os países vivem o mesmo período particular do capitalismo em que as redefinições no papel do Estado retiram direitos e privatizam a educação pública. Na educação básica, a privatização ocorre através da direção e execução e, em alguns casos, dos dois processos. Nestes casos, observamos que a propriedade permanece pública, mas que a instituição privada assume a direção dos processos pedagógicos e de gestão. Além disso, também atuam na execução, já que assumem a formação, fazem avaliação própria e o monitoramento. A outra pesquisa apresenta um mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica em redes estaduais de ensino e Distrito Federal na década compreendida entre os anos de 2005 e 2015. Os processos de privatização foram considerados em três dimensões, quais sejam: oferta educacional; gestão educacional; e currículo. A pesquisa apresenta novas configurações tomadas pela atuação do setor privado com vistas ao retorno financeiro, ainda que não se trate de atuação exclusiva de instituições com fins lucrativos imediatos. Enfim, verificamos que a lógica mercantil tem participado ativamente da direção e execução das políticas educacionais, tanto na educação básica quanto na educação superior, com graves consequências para o processo de democratização.

Palavras-chave: Público e privado em educação; Democratização da educação, Financeirização; privado-mercantil; ensino superior.

Financeirização e expansão do ensino superior privado-mercantil no Brasil

Cristina Helena Almeida de Carvalho – Universidade de Brasília – UNB

Maria Rosimary Soares dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória, as características e estrutura empresarial do setor privado-mercantil no contexto da concentração de capital, de sua oligopolização e de financeirização do setor, a partir de 2007, com foco nos grandes grupos empresariais de capital aberto: Estácio Participações; Kroton/Anhanguera e Ser Educacional e Ânima. Estes, sob a predominância do capital financeiro, atuam na educação superior brasileira. Ademais, procura-se evidenciar o modo como a expansão, a concentração e a financeirização do setor lucrativo ocorreu por meio dos incentivos governamentais, sobretudo, os programas federais destinados à iniciativa privada como Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Palavras-chave: Financeirização; privado-mercantil; ensino superior.

Introdução

A expansão da educação superior via setor privado-mercantil deve ser analisada no contexto global de valorização do capital. É a partir da “mundialização financeira do capital” (Chesnais, 1996) que se consolida o atendimento educacional via grandes empresas, cujo objetivo é declaradamente o lucro. O desfecho desse processo é viabilizado com a inserção de capital especulativo, por meio do ingresso de grupos estrangeiros, de capitais fechado e aberto e com a inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores.

O acelerado crescimento do setor privado-mercantil no Brasil assumiu novas configurações com a entrada, a partir de 2007, de grupos empresariais no mercado de ações. A abertura do capital das empresas ao mercado de ações e a valorização destas últimas possibilitam o aumento de seu capital, a compra de outras instituições de pequeno e médio portes, espalhadas no país, e, com isso, a formação de grandes grupos empresariais, também denominados “redes” ou *holdings*. A partir da abertura do capital de quatro grupos educacionais, na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA): Anhanguera Educacional S.A; a Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá; a Kroton Educacional, da Rede Pitágoras; e o Sistema Educacional Brasileiro-SEB S/A, também conhecido como "Sistema COC de Educação e Comunicação", houve o avanço do processo de financeirização da educação superior brasileira. Este estudo tem como objetivo principal analisar de forma aprofundada as implicações para a educação superior brasileira dessa nova estrutura empresarial do setor privado-mercantil no contexto da concentração de capital, de sua oligopolização e de financeirização do setor, com foco para os grandes grupos empresariais de capital aberto: Estácio Participações; Kroton/Anhanguera e Ser Educacional e Ânima. A partir de 2016, o trabalho desenvolvido por pesquisadores/as das Universidades Federais do Pará (UFPA), Fluminense (UFF), de Minas Gerais (UFMG) e de Brasília (UnB) buscou responder as seguintes questões, dentre outras: que implicações podem trazer para o sistema educacional brasileiro a transformação da educação, de direito social e dever do Estado garantido na Constituição Federal de 1988, em mercadoria que passa a ser negociada no mercado de capitais, cuja regulação não é realizada pelo Ministério da Educação, mas por órgãos do mercado como a Companhia de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, que atua para evitar a concentração de mercado? Qual é a repercussão desse processo de financeirização do setor privado-mercantil na expansão e na concentração de matrículas? Quais os possíveis impactos dos incentivos governamentais por meio do Prouni e do Fies no processo de expansão e de fusões das IES privado-mercantis? Quais são as consequências da adoção do modelo de “governança corporativa” na gestão dessas empresas de capital aberto, assim como para as relações de trabalho no interior das instituições de ensino superior privado-mercantis?

Metodologia

No desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: 1) levantamento e análise da produção científica sobre financiamento da educação superior; 2) levantamento, categorização e análise de fontes documentais, em especial, o arcabouço legislativo pertinentes à temática da financeirização da educação superior; 3) levantamento e análise de dados agregados pertinentes ao movimento de fusão/aquisições de IES; o volume de recursos envolvidos; o lucro obtido pelas empresas com o movimento de compra e venda de ações na Bolsa de Valores; a evolução do número de instituições e matrículas de 2007 a 2014. As bases de dados consultadas foram: INEP; IBGE; Tesouro Nacional; Congresso Nacional; KPMG Corporate Finance; CM Consultoria; Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP) e Bolsa de Valores de São Paulo (BMf&BOVESPA).

Os resultados da pesquisa foram organizados em três etapas. A primeira consistiu na construção de um banco de dados, disponibilizado no site www.anped.org.br/11.uerj.br. A segunda etapa foi a sistematização em tabelas e gráficos dos dados agregados sobre os quatro grupos empresariais de capital aberto no Brasil: Kroton; Estácio; Ser Educacional e Ânima. A terceira etapa, a produção das análises tendo como base as categorias analíticas definidas na pesquisa: financeirização; expansão; incentivos fiscais do Estado via Prouni e Fies; governança corporativa; financiamento estudantil.

Resultados

A expansão da Educação Superior a partir dos anos 1990 pode ser dividida em dois grandes períodos: num primeiro momento, após a aprovação da LDB 9394/96 em que, pela via legislativa, a expansão do setor privado lucrativo é favorecida pelo incremento no número de cursos, IES e matrículas. O estímulo à expansão do setor privado foi sendo efetivado pelo governo federal por meio da adoção de uma série de mecanismos legais, tais como: a liberalização dos serviços educacionais; isenção do pagamento do salário-educação; programa do crédito educativo hoje transformado em FIES; empréstimos financeiros a juros subsidiados por instituições bancárias oficiais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; o Programa Universidade Para Todos- PROUNI. Já o segundo período corresponde às novas configurações que a educação superior assume a partir de 2007 com o aparecimento, no mercado educacional, de grandes fundos de investimentos e a formação de grandes conglomerados de ensino superior (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014, p.3).

As instituições empresariais vêm sendo estimuladas, pelos governos federais, a se expandirem, por meio da liberalização dos serviços educacionais e da desoneração fiscal. A transformação da educação superior brasileira em um grandioso empreendimento mercantil ocorre, como demonstra este estudo, a partir da abertura de capital de algumas IES privadas na bolsa de valores a partir de 2007. O setor reorganizou-se formando grandes conglomerados educacionais, como por exemplo, a Kroton Educacional, a Estácio Participações S.A., a Ser Educacional e a Ânima Educacional. Essa reorganização foi fortalecida pela presença dos fundos *deprivateequity*, mas, sobretudo lastreada pelo investimento público, principalmente, por meio do Fies e do ProUni, principais programas governamentais de acesso à educação superior, sendo que o Fies recebeu grande aporte de recursos, sobretudo, a partir de 2010.

As alterações promovidas no Fies em 2010, em especial a redução da taxa de juros ao ano de empréstimo e a dispensa de fiador na celebração dos contratos, contribuiu para o aumento exponencial dos recursos financeiros destinados ao programa. Essas alterações estão relacionadas às demandas do *lobby* privatista, que concebe esse programa como potencial ferramenta de lucro, de captação de alunos, de ocupação de vagas ociosas e consolidação do setor. Os dados expostos na Tabela 1 evidenciam a evolução extraordinária de recursos que esses dois Programas obtiveram no período de 2003 a 2016. Tais números demonstram que os grandes grupos financeiros educacionais contaram com expressivo financiamento público para garantir a expansão e a lucratividade de seus negócios.

Tabela 1 - Recursos destinados ao Fies e Prouni como percentual das despesas da União com as universidades federais - 2003-2016. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2017 (IPCA)

ANO	DESPESAS COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS (A)	PROUNI (B)	FIES (C)	TOTAL PROUNI + FIES D = (B+C)	% D/A
2003	19.626.809.672	-	1.564.773.328	1.564.773.328	7,97
2004	22.231.207.004	-	1.443.483.558	1.443.483.558	6,49
2005	21.470.208.936	206.542.269	1.523.152.935	1.729.695.204	8,06
2006	26.315.298.148	400.981.560	1.697.189.251	2.098.170.811	7,97
2007	28.251.516.137	625.016.797	1.738.458.793	2.363.475.590	8,37
2008	30.410.226.445	736.267.342	1.982.479.070	2.718.746.413	8,94
2009	35.813.454.451	857.851.367	2.242.488.327	3.100.339.694	8,66
2010	41.319.342.817	889.835.992	2.654.889.918	3.544.725.910	8,58
2011	44.090.789.588	814.870.857	3.560.227.456	4.375.098.313	9,92
2012	41.253.184.585	1.038.592.379	4.621.046.168	5.659.638.546	13,72
2013	45.507.046.352	1.363.385.566	8.355.992.703	9.719.378.270	21,36
2014	47.908.989.498	1.364.818.607	14.612.543.908	15.977.362.515	33,35
2015	47.543.121.553	1.312.301.524	16.361.047.064	17.673.348.587	37,17
2016	47.626.288.914	1.273.926.399	18.296.392.452	19.570.318.851	41,09
Δ 2003-2016	144,10%	-	1.069,27%	1.150,68	

Fonte: Senado Federal (2017a). Demonstrativo da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2016); Secretaria da Receita Federal (2017). Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária - (Gastos Tributários); IPEA (2008).

Além do incentivo do governo federal por meio do Prouni, o Fies vem se constituindo em um dos principais mecanismos de favorecimento governamental para o aumento do patrimônio das empresas educacionais. Os dados relevam que dos R\$ 19,57 bilhões concedidos por meio dos dois programas em 2016, R\$ 18,2 bilhões (93,5%) foram concedidos por meio do Fies. Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com as universidades federais foram elevadas de R\$ 19,62 bilhões, em 2003, para R\$ 47,626 bilhões, em 2016, um crescimento de 144,10%. As despesas com o Fies e o Prouni passaram de R\$ 1,565 bilhão, em 2003, para R\$ 19,570 bilhões, em 2016, um crescimento de 1.151%. Em 2003, os recursos destinados pelo governo federal à expansão da educação superior privada representavam 8% do total de recursos destinados ao financiamento das universidades federais e em 2016 passaram a representar 41%.

O impacto do FIES no total de estudantes matriculados nos quatro grupos empresariais investigados demonstra a importância do Fies no financiamento das empresas educacionais, conforme destacado na Tabela 2.

Tabela 2 - Grupos Educacionais com Ações Listadas em Bolsa - Proporção de Alunos Fies em Cursos de Graduação Presencial

Ano	Kroton Educacional			Estácio Participações		
	Total de Estudantes	Estudantes Fies	%	Total de Estudantes	Estudantes Fies	%
2010	76.253	8.329	10,92	173.100	7.100	4,10
2011	97.280	20.494	21,07	189.900	15.200	8,00
2012	130.976	58.943	45,00	209.900	41.300	19,68
2013	156.432	86.956	55,59	239.400	76.100	31,79
2014	422.783	258.794	61,21	290.200	122.700	42,28
2015	437.633	238.206	54,43	319.600	136.400	42,68
2016	412.247	191.426	46,43	329.400	115.800	35,15
Ano	Ser Educacional			Anima (GAEC Educação)		
	Total de Estudantes	Estudantes Fies	%	Total de Estudantes	Estudantes Fies	%
2010	28.079	1.017	3,62	n.d	n.d	n.d
2011	33.483	2.896	8,65	n.d	n.d	n.d
2012	48.670	15.916	32,70	36.115	36.115	100,00
2013	70.255	31.432	44,74	42.647	42.647	100,00
2014	101.195	48.048	47,48	71.049	71.049	100,00
2015	123.988	56.089	45,24	72.740	72.740	100,00
2016	131.092	58.840	44,88	80.507	80.507	100,00

Fonte: Relatórios trimestrais - release 4º trimestre, 2010-2016 (Estácio Participações S.A; Ser Educacional; Ânima, GAEC S.A; Kroton)

Nota: n.d: Dados não disponíveis

Os dados expostos acima mostram o impacto do FIES nas matrículas existentes nos quatro grupos empresariais, com destaque para o ano de 2014 que apresentou o maior percentual de estudantes matriculados com financiamento do FIES. Analisando cada grupo, observa-se que a Kroton foi a que obteve o maior investimento do FIES, atingindo, em 2014 mais de 60% de estudantes com financiamento do FIES, seguida pelo grupo Ser Educacional que atingiu 47% dos estudantes beneficiados com contratos do FIES. O grupo Ânima obteve financiamento de todos os estudantes matriculados no período analisado. O grupo Estácio foi o que apresentou o menor percentual de contratos do FIES, atingindo 43% em 2015. Também é importante destacar

o impacto do FIES no rendimento líquido desses grupos empresariais. Os programas Fies e ProUni tiveram uma evolução extraordinária de recursos no período de 2003 a 2017 e contribuíram para o aumento do lucro das IES privadas. Um dos grupos mais beneficiado com os recursos do FIES é o grupo Kroton. Em 2015, o Fies representou 70,5% da receita líquida da graduação presencial do grupo Kroton, o que equivale a aproximadamente R\$ 4,2 bilhões. O grupo Estácio, obteve 55% da receita líquida com o Fies. No grupo Ser Educacional o Fies representou 46% do rendimento líquido e no grupo Ânima representou 45%.

Desse modo, o Prouni e o Fies, caracterizados como política governamental de acesso e permanência de estudantes no setor privado são mecanismos governamentais de fortalecimento da mercantilização, privatização e financeirização da educação superior brasileira na medida em que contribuem para o aumento do patrimônio líquido dos grupos educacionais privado-mercantis.

Em um contexto de corte dos contratos do Fies com as mudanças operadas no programa a partir de 2015 criou-se o cenário propício para a proliferação das linhas de crédito estudantil privadas, o que em potencial culminará no acirramento da concepção da educação superior brasileira enquanto mercadoria subordinada aos interesses do capital.

Considerações finais

A pesquisa que trata da temática da financeirização do ensino superior teve início em 2016 com previsão de término em agosto de 2019. A título de conclusão, é importante destacar que o grupo de pesquisa tem se dedicado atualmente na investigação relativa aos desdobramentos do movimento de financeirização da educação superior, no que tange aos grupos internacionais de capital norte-americano, sobretudo, Laureate e Adtalem Global Education (ex-DeVry). Ambos ocupam, respectivamente, o quarto e décimo lugares entre os dez maiores estabelecimentos em termos de matrículas presenciais e a distância na educação superior brasileira em 2017.

Referências bibliográficas

BRASIL. MEC. INEP. **Sinopse estatística do Censo da Educação Superior: 1995 a 2017.**

Brasília: MEC. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BRASIL. MF. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2000-2015.** Disponíveis em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/relatorio-resumido-de-execucao-orcamentaria>>.

Acesso em: 02 ago. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF). SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (2006-2015).** [Documentos eletrônicos]. Brasília: MF: STN. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/relatorio-resumido-de-execucao-orcamentaria>>. Acesso em: 18 jan. 2016. [2016b]

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. *Tradução*: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

VALE, Andréa Araújo do; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. *In*: In: CABRITO, Belmiro et al (Org.). **Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização.** Lisboa: EDUCA, 2014, p. 199-220.

Implicações da relação público-privada para a democratização da educação na América latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela

Vera Maria Vidal Peroni – Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo

A pesquisa apresentada visa a analisar a relação entre o público e o privado na educação em países latino-americanos e suas implicações para a democratização da educação. A investigação possui duas partes que se complementam, a internacional, referente aos países da América Latina, e a nacional, que trata das relações entre o público e o privado no Brasil, nas diferentes etapas e modalidades da educação básica. Verificamos o quanto a relação entre o público e o privado é complexa e multifacetada. Essa relação tem se apresentado de diferentes formas nos diferentes países, conforme seu histórico de construção da educação pública e de correlações de forças atuais.

Palavras-chave: Público e privado em educação; Educação na América Latina; Democratização da educação.

Esta pesquisa visa a analisar implicações das relações entre o público e o privado para a democratização da educação em países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela. A pesquisa é realizada pelo “Grupo de pesquisa relações público-privado na educação” (GPRPPE) vinculado ao PPGEDU-UFRGS e composto por bolsistas de iniciação científica, mestrandos, doutorandos e pesquisadores que já concluíram o doutorado e permanecem no grupo, assim como duas pesquisadoras de pós-doutorado e colegas professoras da UFRGS. Este coletivo é dividido em dois subgrupos, sendo que um estuda os principais programas e parcerias que envolvem a educação básica em suas etapas e modalidades no Brasil: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação profissional, além de temas como a Base Nacional Comum Curricular/BNCC, influências na direção da política educacional por instituições como Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna e movimentos como Escola sem Partido e Todos pela Educação. E outro subgrupo que estuda os distintos processos de privatização nos países envolvidos na pesquisa, além da Rede de Empresários Latino americanos (Reduca) e, também, sujeitos individuais e coletivos (THOMPSON, 1981) que influenciam na direção das políticas educativas na região como o PREAL, Mercosul educativo, Unesco, as Cúpulas das Américas, entre outros. Estudamos o complexo e diversificado contexto latino-americano, pois os países, a par de suas singularidades, desde os anos 1980 tiveram processos políticos semelhantes, marcados por abertura política, com participação popular e organização da sociedade na luta por direitos democráticos. Com o agravamento da crise econômica internacional e vivendo democracias ainda frágeis, houve na América Latina uma forte interferência dos organismos internacionais, como United Nations Children's Fund/UNICEF e United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization/UNESCO, Banco Mundial/BM, Fundo Monetário Internacional/FMI e outros na condução das políticas educacionais. Algumas questões nos mobilizam em busca de respostas: Quem são os sujeitos que protagonizam as reformas? Qual o conteúdo das propostas? A pesquisa tem enfoque qualitativo e quantitativo. Os procedimentos de coleta de dados são: pesquisa documental e bibliográfica. Em relação à pesquisa documental, propomos a análise de documentos tais como leis, documentos oficiais, relatórios, sites oficiais dos governos dos países envolvidos, relatórios educacionais, todos os documentos que permitem compreender objetivamente o objeto de análise. A perspectiva teórico-metodológica que embasa a pesquisa é a de que a relação entre o público e o privado na política educacional é parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas em um processo de relação, em que Estado e sociedade civil são partes constitutivas do movimento de correlação de forças (GRAMSCI, 1989) de sujeitos (THOMPSON, 1981) situados em um contexto histórico e geográfico (HARVEY, 2008), perpassados por projetos societários distintos. Nesse sentido, entendemos que não se trata de

uma contraposição entre Estado e sociedade civil, pois vivemos em uma sociedade de classes em que ambos são construídos por sujeitos individuais e coletivos, em um processo histórico de correlação de forças e influenciados por interesses de cunho mercantil. Portanto, o foco da análise é a privatização do público, na lógica mercantil, com implicações para a democratização da educação. A democracia aqui entendida como “materialização de direitos em políticas sociais “a democracia não é uma abstração, é entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social”. (PERONI, 2015, p. 16)

Nos países latino-americanos, a questão democrática foi adquirindo relevância, em especial após o fim das ditaduras militares ao longo da década de 1980, com o processo de abertura política e redemocratização. Nesse contexto, os eixos principais dos movimentos sociais estavam vinculados à democracia, à gestão democrática do Estado através da participação da sociedade nas decisões políticas; enfim, à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, essa construção encontrou enormes obstáculos, pois o processo de abertura foi pactuado com as forças da ditadura. (FERNANDES, 1985). Ao mesmo tempo, o período foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica nos anos 1980. E, quando estava avançando em alguns passos a participação popular e a luta por direitos sociais, a democracia sofreu o impacto das estratégias do capital para a superação de sua crise: neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, que já estavam em curso no resto do mundo e vinham em sentido contrário a esse movimento. Assim, não é por acaso que, apesar de termos avançado na materialização de direitos através da legislação, temos a dificuldade de implementá-los.

Assim sendo, se as redefinições no papel do Estado, em âmbito internacional, apresentam importantes implicações para o processo de democratização e a minimização de direitos universais e de qualidade para todos, esse processo é ainda mais problemático em países que viveram ditaduras e estavam em um processo recente de luta por direitos materializados em políticas, quando mais uma vez vivem processos de retrocesso democrático.

A aplicação da agenda neoliberal em boa parte dos países latino-americanos proporcionou aumento da pobreza e das desigualdades sociais, bem como crise dos recentes regimes democráticos. No entanto, em meio a este processo, surgiram vários movimentos sociais, reivindicando ampliações e reformulações das práticas democráticas, que culminou com a eleição de vários partidos de esquerda e centro-esquerda na região. E no período seguinte, ainda, em um processo de correlação de forças, provocou uma reorganização do processo neoliberal e neoconservador em muitos países da região. Durante o período de redemocratização, em muitos países latino-americanos, a garantia do acesso à educação pública foi ampliada, o que consideramos um avanço nesse processo. No entanto, também verificamos a presença cada vez maior do privado mercantil definindo a educação pública. O Estado, em muitos casos, continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública.

Historicamente foram muito tênues as linhas divisórias entre o público e o privado nos países latino-americanos (IANNI, 1988), desde o início do processo de colonização até os dias atuais. O próprio Estado assumiu um espaço por vezes voltado aos interesses privados e a democratização da educação pública ainda é um longo caminho em construção.

Mais especificamente sobre o Brasil, verificamos que o Estado continua o maior responsável pelo acesso à educação básica, mais de 80% das matrículas nesse nível de ensino ocorrem em escolas públicas. Conforme o Resumo técnico censo da educação básica 2018, a rede municipal, detém 47,7% das matrículas na educação básica, a rede estadual, detém 32,9%, a federal tem uma participação inferior a 1% do total de matrículas na educação básica e a rede privada tem uma participação de apenas 18,6%.

No entanto, o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que assim estão contribuindo para a qualidade da escola pública. Nos últimos anos, além do mercado, também o neoconservadorismo tem assumido a pauta educacional. Neste sentido, entendemos que os processos de privatização podem ocorrer via execução e direção, sendo que na execução, o setor privado atua diretamente na oferta da educação, na direção das políticas públicas ou das escolas, a propriedade permanece pública. Nesse sentido, não tratamos a privatização da educação apenas em relação à propriedade, mas também de correlações de forças por projetos societários.

Destacamos, também que a privatização da educação ocorre, cada vez mais como política pública, isto é, o poder público tem como política o fortalecimento das parcerias nos estados e municípios. E, mais recentemente, tem repassado recursos públicos inclusive para oferta privada do ensino fundamental, como é o caso do município de Porto Alegre.

Como processos de direção destacamos a presença do Movimento Todos pela Educação, em que os empresários acabam influenciando o governo federal na agenda educacional e na venda de produtos educativos (BERNARDI, UCZAK, ROSSI, 2018). Em processos em que o privado assume a execução direta da oferta, destacamos as creches comunitárias, em programas de Educação de Jovens e Adultos, como Brasil Alfabetizado, Educação Especial e Educação Profissional. A oferta, nestes casos, ocorre de forma precarização: com atuação limitada de professores formados, sem plano de carreira, sem gratuidade, sem gestão democrática (Susin, 2009). No caso do programa Brasil alfabetizado, mesmo quando professores assumiam era pago com bolsas e não salário. O privado executando para baratear a oferta. Em outros casos com a justificativa da expertise como no caso da oferta de cursos via Sistema S (nota) ou de educação especial via APAES.

Em alguns processos ocorrem ao mesmo tempo, a presença do setor privado na execução e direção, como é o caso das parcerias, em que a propriedade permanece pública, mas o privado define o conteúdo da educação e executa sua proposta através da formação, da avaliação do monitoramento, premiação e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado. As parcerias trabalham com material padronizado e replicável, o que provoca a separação entre quem pensa e quem executa a educação. Os professores acabam sendo impedidos de prepararem suas aulas, já que o material vem pronto, assim como as avaliações. Eles são responsabilizados se os alunos não aprenderem o conteúdo externamente prescrito. No caso das Parcerias estudadas, como IAS e UNIBANCO não muda a propriedade, já que as escolas permanecem públicas, mas o privado determina a sua atuação, é um pacote com atribuições desde o aluno até o prefeito. O que provoca prejuízos para a democratização da educação no país, que estava dando os primeiros passos no período pós ditadura, já que historicamente não tivemos direitos sociais materializados em políticas universais (Peroni, 2018).

Outra modalidade que tem se intensificado no Brasil é um conjunto de municípios contratar uma parceria como é o caso da região de Florianópolis, GRANFPOLIS que contratou o Positivo, o “Programa Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE) em parceria com o Instituto Positivo, lançado oficialmente em novembro de 2015, atende 22 Municípios de Santa Catarina em parceria com a Associação de Municípios – Granfpolis. O trabalho na região teve início em 2015, com previsão de finalização para o final 2017. Esse prazo, porém, poderá ser estendido.” (CARVALHO, 2018, p. 117). Ainda conforme a autora, “Em 2006, a Positivo Informática S/A tornou-se uma empresa de capital aberto (...) Nesse contexto, o sistema de ensino tornou-se o principal negócio do Grupo Positivo” (p. 122).

Observamos também a intensificação das Instituições privadas na formação continuada de professores. Como é o caso da Fundação Lemann, que atua via Programa Formar, sendo que o Programa tem “três frentes são prioritárias, a saber: políticas educacionais para dar apoio

na revisão e desenvolvimento de políticas e processos pedagógicos (tais como: currículo, avaliações padronizadas, formação de professores e acompanhamento pedagógico) Também ajudam no planejamento e organização da secretaria de educação para que as escolas recebam um suporte mais efetivo e em sintonia com as suas necessidades” (PERONI, OLIVEIRA, 2019, p. 50). O programa Gestão para Aprendizagem atua através da contratação pelo poder público, de uma consultoria especializada para fazer um diagnóstico e traçar um plano estratégico para gestão pedagógica. O programa oferece um curso de gestão pedagógica para técnicos da secretaria de educação, além das “formações em didática específica de português e matemática para os formadores da secretaria; e formações para diretores e coordenadores escolares com foco na gestão pedagógica de seus professores e melhores práticas para a aprendizagem” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018).

Enfim, verificamos que com os novos sujeitos, que passam influenciar fortemente as políticas educacionais como instituições filantrópicas e redes globais, as responsabilidades ficam cada vez mais diluídas quanto a responsabilidade pela execução do direito à educação.

Referências

- BERNARDI, L. M.; UCZACK, L. H.; ROSSI, A. J. Relações do Movimento Empresarial na Política Educacional Brasileira: a discussão da Base Nacional Comum. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18-n.1, p. 29, 2018.
- CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs): instrumento de soluções colaborativas para a educação ou uma nova estratégia de expansão e de controle do mercado educacional? **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, p. 103-128, 2018.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- PERONI, Vera. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.
- PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, p. 1-27, 2018.
- PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O MARCO REGULATÓRIO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL. **Revista Práxis Educacional**, v. 15, n. 31, jan./mar. 2019
- SUSIN, Maria Otilia. A qualidade na educação infantil comunitária em Porto Alegre: estudo de caso em quatro creches conveniadas. 2009. 363 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Mapeamento tendências de privatização em redes estaduais de ensino: atores privados na Região Sudeste

Teise de Oliveira Guaranha Garcia-FFCLP/USP

Resumo

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa interinstitucional que teve por objetivo mapear estratégias de privatização da Educação Básica em redes estaduais de ensino e Distrito Federal na década compreendida entre os anos de 2005 e 2015. Os processos de privatização foram considerados em três dimensões, quais sejam: oferta educacional; gestão educacional; e currículo. Destacam-se nesta apresentação resultados obtidos para a Região Sudeste, na qual se localiza maior e presença de atores privados com fins lucrativos e institutos vinculados a grandes corporações dentre as regiões brasileiras. A dimensão currículo é a que conta com maior presença de atores privados e com maior diversidade de programas quando somados os quatro estados da região (São Paulo Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro). Nesta dimensão prevalecem atores privados com fins lucrativos, seguidos de institutos e fundações vinculados a grandes corporações. Registra-se São Paulo e Rio de Janeiro como os estados nos quais incidem o maior número de atores privados na região. Tais resultados indicam a necessidade de continuidade de estudos que trabalhem com as configurações do setor privado e sua atuação no campo educacional, no contexto da financeirização da economia.

Palavras-chave: privatização; educação básica; financeirização

Introdução

O presente trabalho apresenta resultados de pesquisa interinstitucional¹ que teve como objetivo “mapear e caracterizar tendências de privatização da oferta educativa; da gestão educacional e dos processos pedagógicos (atividades fins) na educação básica brasileira entre 2005 e 2015” (ADRIÃO, 2015, p. 12). O período foi selecionado por retratar a primeira década de vigência da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando-se o prazo máximo de adaptação dos entes federados ao texto legal (ADRIÃO, 2015).

A pesquisa, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, GREPPE, foi realizada por pesquisadoras vinculadas às três universidades públicas paulistas e Universidade Federal do Rio de Janeiro: TheresaAdrião, responsável pela coordenação geral do estudo, o Luciane Muniz (Unicamp); Raquel Borghi e Regiane Helena Bertagna (Unesp/Rio Claro); e Sabrina Moehlecke (UFRJ). Integraram a equipe, ainda, 24 estudantes de pós-graduação e graduação nas universidades participantes. O projeto contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq e, em caráter complementar, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp.

O desenvolvimento do estudo se deu em duas etapas: a primeira correspondeu ao recolhimento e organização de informações relativas à presença de atores privados junto às redes estaduais de ensino brasileiras na “indução, definição ou implantação de políticas ou programas” (ADRIÃO, 2018, p.15). Tais atores foram considerados segundo sua participação em programas e políticas em três diferentes dimensões: oferta educacional; gestão educacional; e currículo. A segunda etapa do estudo referiu-se ao estudo em redes estaduais de ensino, selecionadas pelo caráter exemplar dos processos de privatização introduzidos.

Neste trabalho prioriza-se a apresentação de resultados relativos à primeira dimensão da pesquisa: o mapeamento da presença de atores privados nas redes estaduais de ensino em políticas e programas com foco na oferta, currículo e gestão educacional, com recorte sobre a incidência do setor privado na região sudeste brasileira, neste caso selecionada por ser a região brasileira com maior número de atores privados atuando na educação básica

A privatização no âmbito educacional, tendência reconhecida em diferentes contextos nacionais, concretiza-se em diferentes formas, mas sobretudo pela transferência de responsabilidades pela educação escolar do setor público para o setor privado (ADRIÃO, 2017, GARCIA, 2018). No Brasil, no contexto da reforma do Estado nacional, segundo as diretrizes

da Nova Gestão Pública (PERONI e ADRIÃO, 2005, GARCIA, ADRIÃO, BORGHI, 2009), a intervenção estatal sobre a educação se reconfigurou pela descentralização em relação às responsabilidades dos entes federados para com a oferta educacional, pela ampliação do setor privado na política educacional e pela transferência do recurso público para o setor privado (ADRIÃO, 2017).

A reforma estatal brasileira, a despeito da justificativa recorrente ser a designada “crise fiscal”, é parte da necessária reestruturação produtiva do capital, relacionada à crise econômica dos anos 1970 (PERONI, 2010, GARCIA, ADRIÃO, BORGHI, 2009; ADRIÃO, 2009, entre outros) que implica a reestruturação dos estados nacionais. A crise fiscal, portanto, seria a consequência e não a causa. (PERONI, 2013).

David Hill (2003), em análise sobre a privatização da educação nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, destaca que os processos de privatização educacional decorrem de planos de negócios dos capitalistas para a educação que podem ser categorizados, segundo o autor em: planos para a educação com objetivo de formação de mão-de-obra; planos de negócios que consistem na liberação do lucro com a educação; e um plano de negócios para que empresas educativas lucrem em escala internacional, com a privatização da educação (HILL, 2003). “A privatização no campo educacional, assim, configura-se em processo complexo podendo se apresentar em modelos que diversos, mas não necessariamente excludentes. (GARCIA, 2018, p.1358). Tais reflexões contribuem para na análise dos processos de privatização tendo-se em vista o movimento do capital para dentro do espaço público. Ademais é importante considerar que tais processos se articulam à financeirização da economia, de caráter sistêmico e mundial (BASTOS, 2013).

Metodologia

O mapeamento foi realizado a partir de consulta a fontes primárias constantes nas páginas oficiais das secretarias estaduais de educação. Tratando-se de período que implicou diferentes gestões estaduais, complementou-se coleta por busca controlada na plataforma GOOGLE, com a utilização de descritores selecionados.

Os atores privados foram categorizados segundo sua natureza autodeclarada. Os programas implementados pelos atores ou com os atores, por sua vez, foram caracterizados segundo dimensão ou dimensões (oferta, gestão educacional, currículo); público-alvo; e etapa da Educação Básica na qual se realizaramⁱⁱ.

Os dados obtidos foram organizados em infográfico disponível em: www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015.

Resultados e discussão: a Região Sudeste

A região sudeste, foi a que concentrou maior número de atores privados entre as regiões brasileiras, 326ⁱⁱⁱ. Ainda que os mesmos atores atuassem em mais de um dos quatro estados da região, destaca-se o número elevado de instituições privadas, corroborando resultados de outros estudos que já indicavam a atuação mais incisiva do setor privado, sobretudo com fins lucrativos, nas regiões mais ricas do país (ADRIÃO, et al, 2016; ADRIÃO; GARCIA; BORGHI; ARELARO, 2009; ADRIÃO; PERONI, 2010).

Há um total de 82 atores atuando sobre a **oferta** educacional na região. Destacam-se dois estados, São Paulo e Rio de Janeiro, com o maior número instituições privadas. Em São Paulo metade dos atores são empresas. É sobre o ensino médio e ensino fundamental que recai a atuação de tais atores (MOEHLECKE, 2018). A dimensão oferta é aqui compreendida com programas nos quais o setor privado oferece vagas.

Em relação à **gestão educacional**, encontramos na região sudeste 81 atores, atuando em 26 programas. Nesta dimensão, novamente São Paulo e Rio de Janeiro apresentam o maior número de atores privados, 35 e 33, respectivamente. Prevaecem institutos em ambos os estados ao longo da década. Destacam-se, dentre os atores presentes na região, institutos e fundações já reconhecidos sua atuação nacional, do que são exemplos o Instituto de Corresponsabilidade Educacional, ICE e Instituto Ayrton Senna e vinculados a grandes empresas e corporações financeiras, tais com Instituto Unibanco, Instituto Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Vivo, Fundação Itaú Social, dentre outros (GARCIA, 2018).

É na dimensão **currículo** que se encontra o maior número de atores privados na região: 163. Em todas as regiões brasileiras esta é a dimensão educacional com maior presença numérica de representantes do setor privado. Juntamente com a região Nordeste, a dimensão abarca 60% do total de atores localizado pela pesquisa (ADRIÃO, 2018).

Currículo é também a dimensão que soma o maior número de programas na região: 56. Somadas as cinco regiões geográficas, são 242 programas e 395 incidências de atores privados na década em foco (2005-2015) (BORGHI, 2018).

Prevaecem na região sudeste, atuando sobre o currículo, empresas com fins lucrativos, com quase 30% de atores. Na sequência encontram-se institutos e fundações, sem fins lucrativos imediatos. Borghi observa, a respeito das instituições sem fins lucrativos, ser “possível afirmar que uma boa parte delas pode ser inserida na chamada “filantropia de risco” ou “filantrocapitalismo”. (BORGHI, 2018, p. 70.), termo cunhado por Mathew Bishop (2006).

Corporações financeiras, como Banco Santander; empresas da área de tecnologia, como Intel, Google, Microsoft, NET; editoras, com Abril, além de outras grandes empresas como a Coca-Cola, atuam sobre esta dimensão, incidindo de formas diversas no chão das escolas, nas salas de aula, com recursos tecnológicos e materiais de ensino, dentre outros aspectos.

A Tabela 1 sistematiza a distribuição de programas e atores na Região Sudeste:

Tabela1: Mapeamento: Privatização da Educação Básica em redes estaduais da região Sudeste brasileira (2005-2015) - programas, atores privados, natureza prevalente, público-alvo e etapa.

	Número de Programas	Atores privados	Natureza prevalente	Público-Alvo	Etapa
Oferta Educacional	23	82	Empresas e Institutos	Estudantes	Ensino Médio
Gestão Educacional	26	81	Institutos	Gestores Estudantes	Ensino Médio
Currículo	56	163	Empresas	Estudantes	Ensino Médio

Fonte: Adrião (2018). Moelechke (2018); Garcia (2018); Borghi (2018)

A Tabela 1 sintetiza a presença relevante de empresas com fins lucrativos atuando em redes estaduais de ensino da região Sudeste, assim como a forte incidência do setor privado sobre as três dimensões da educação, mas com predominância sobre o currículo, dimensão que parece ser a mais imediatamente “promissora” para a realização do lucro. Todavia, cabe reiterar, ainda que se trate de institutos e fundações sem fins lucrativos os atores predominantes, como é o caso da dimensão gestão educacional, os processos de privatização integram a um plano de negócios (HILL, 2003) que se expande.

Considerações

Ao encerrarmos este trabalho, destacamos a relevância de, em um contexto de financeirização da economia, o estudo da privatização da Educação Básica aprofundar-se nas novas configurações tomadas pela atuação do setor privado com vistas ao retorno financeiro, ainda que não se trate de atuação exclusiva de instituições com fins lucrativos imediatos. Faz-se também necessário “identificar os mecanismos pelos quais os fundos públicos geram lucro para organizações desse tipo, quais as prioridades de investimento para seus investimentos, além da atualização e da caracterização dos principais atores privados” (ADRIÃO, 2018, p.79). Cabem ainda a questionamentos sobre as consequências dos programas sobre a realização do direito humano à educação, considerado em suas complexas dimensões.

Referências

- ADRIÃO, T.; GARCIA, T. ; BORGHI, R. F. ; ARELARO, L. R. G. . Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de 'sistemas de ensino' por municípios paulistas. *Educação & Sociedade (Impresso)*, v. 30, p. 799-818, 2009.
- ADRIÃO, T. . Sobre a incidência do setor privado nas redes estaduais de ensino no Brasil: até onde os dados chegaram e o que se toma por fazer. In: GARCIA, T., ADRIÃO, T. (Org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. 1ed.Curitiba: CRV, 2018, v. 1, p. 71-84.
- ADRIÃO, T. A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios da educação básica. In: MARINGONI, G.(Org.). **O Negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco**. 1ed.Sao Paulo: Olho D'água e FEPESP, 2017, v. 1, p. 129-144.
- ADRIÃO, T. et al. Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015). Projeto de Pesquisa.2015. Impresso.
- ADRIÃO, T. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. *Educação & Sociedade (Impresso)*, v. 37, p. 113-131, 2016.
- BASTOS, P. Z. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. Texto para discussão.IE/Unicamp, Campinas, no 217, 2013.
- BORGHI, R. Incidência do setor privado na dimensão do currículo da educação básica (2005-2015). In: GARCIA, T; ADRIÃO, T. (Org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência dos atores privados nos sistemas estaduais (2005-15)**. 1ed.Curitiba: CRV, 2018, v. 1, p. 63-72.
- GARCIA T., ADRIÃO, T. (Org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: Editora CRV, 2018.
- GARCIA, T. A gestão escolar no contexto da privatização da Educação Básica. **Política e Gestão Educacional (ONLINE)**, v. 22, p. 1355-1376, 2018.
- GARCIA, T.; ADRIÃO, T.; BORGHI, R. A Nova Gestão Pública e o contexto brasileiro. In: MARTINS, A. M. (org.). **Instituições educacionais: políticas, gestão e práticas profissionais**. Santos Editora Leopoldianum, 2009. p. 13-26.
- HILL, D. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 24-59, jul./dez. 2003.
- MOEHLECKE, S. Incidência do setor privado na dimensão da oferta na educação básica (2005-2015). In: GARCIA. T., ADRIÃO, T. (Org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. 1ed.Curitiba: CRV, 2018, v. 1, p. 31-40.
- [PERONI, V.M.V.](#) As redefinições da relação público/privado e implicações para a democratização da educação. *Inter-ação (UFG. Impresso)*, v. 35, p. 1-17, 2010.

[PERONI, V.M.V.](#). As Relações entre o Público e o Privado nas Políticas Educacionais no Contexto da Terceira Via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, p. 234-255, 2013.

PERONI, V; ADRIÃO, The (Org.) ;(Org.). **O público e o privado na educação** - interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005. v. 1. 179p.

ⁱ. Os resultados foram sistematizados no livro *Currículo, Gestão e Oferta da Educação Básica Brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)*, disponível em : https://www.grepppe.fe.unicamp.br/pf-grepppe/download_do_e-book.pdf

ⁱⁱ AS notas metodológicas da pesquisa esclarecem detalhadamente o processo e estão disponíveis em : <https://www.grepppe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015>.

ⁱⁱⁱ A segunda região com maior presença de atores privados foi a região Nordeste, com 158.